**FORMULÁRIO DE MOÇÕES**

Data: 27 DE agosto de 2021

Entidade: Sindicato dos Assistentes Sociais do Estado do RJ / SASERJ

Delegado: Margareth Alves Dallaruvera

Título da Moção: Apoio IRRESTRITO a Carta Aberta aprovada na I Conferência Livre dos Trabalhadores do SUAS no Estado do RJ, organizada pelo Fórum Estadual de Trabalhadores do SUAS RJ / FETSUAS RJ

Destinatário: Gestores Estaduais e Municipais da Política da Assistência Social, CNAS, Conselhos Estaduais e Municipais de Assistência Social

 A Política Nacional de Assistência Social tem como um dos seus objetivos incorporar as demandas presentes na sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política, tornando claras suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do Estado, a partir das indicações e deliberações das Conferências, dos Conselhos e das Comissões de Gestão Compartilhada. Reconhecendo assim que, para além das demandas setoriais, o chão, onde se encontram e se movimentam setores e segmentos, faz diferença no manejo da própria política, significando considerar as desigualdades socioterritoriais na sua configuração. (PNAS 2004). Ressaltamos que a Assistência Social é uma Política Pública assegurada pela Constituição Federal. Entretanto, nossa conjuntura nos mostra ações contrárias a essa proposta. Essa controvérsia nos leva, trabalhadores e trabalhadoras do SUAS, participantes da I Conferência Livre das(os) Trabalhadoras(es) do SUAS do estado do Rio de Janeiro, realizada de forma virtual no dia 17 de julho de 2021, a manifestar nossa indignação/repúdio às ações de retrocessos executadas pelos governos estadual e municipais deste estado à política de Assistência Social, seus trabalhadores e trabalhadoras, usuários e usuárias. Os trabalhadores e trabalhadoras do SUAS/RJ na luta para efetivação dessa política, situam-se em um terreno de tensão entre reprodução de desigualdade e produção de resistência contra tal fato. Tudo isso em um chão de interesses políticos que insistem em abstrair direitos. Vivemos o recrudescimento da investida do assistencialismo e precarização do trabalho, atingindo assim, duramente os direitos conquistados pela classe trabalhadora e movimentos sociais. Sabe se que estão em pleno curso, reformas estruturais estrategicamente organizadas e executadas pelas forças reacionárias que governam este estado e municípios na defesa dos interesses do capital, agudizando assim as expressões das desigualdades sociais. Esse cenário caótico tem como resultado, trabalhadores e trabalhadoras doentes, com salários aviltantes, rotinas de assédios, precárias condições de trabalho. 17 de julho de 2021 Entre os principais problemas que vêm sendo apontados pelos trabalhadores do SUAS encontramos: ● Estrutura precária dos equipamentos da Assistência Social, não oferecendo as condições necessárias para o adequado atendimento e acompanhamento dos usuários e usuárias; ● A falta de concursos para provimento dos cargos públicos no SUAS, meio de acesso previsto na Constituição federal, Artigo 37, Inciso II; ● O descumprimento da NOB-RH/SUAS, tanto na forma de contratação sem concurso e sem respeitar as categorias profissionais designadas, quanto no número de profissionais por famílias referenciadas; ● A fragilidade dos vínculos trabalhistas, com frequentes descontinuidades do trabalho realizado e trazendo grande insegurança para os trabalhadores, que muitas vezes não têm seus direitos trabalhistas assegurados; ● Baixa remuneração e retorno financeiro para os profissionais, em nada condizente com a complexidade de se trabalhar no enfrentamento das maiores expressões da desigualdade social, para o qual é necessário formação contínua, valorização da experiência e extrema dedicação profissional; ● Falta de liberação e/ou incentivo para capacitação, tornando a busca por aprimoramento profissional um custo individual para o trabalhador, mas o seu resultado, um ganho para a política pública e para os empregadores, ainda que sem a valorização que deveria ser correspondente; ● Falta de liberação e/ou incentivo para participação em espaços coletivos, dificultando-se tanto o intercâmbio de experiências e ideias entre os profissionais, quanto a sua organização na defesa do SUAS e de seus direitos enquanto trabalhadores; ● Assédio moral e/ou perseguição política, uma das mais graves manifestações de violência na esfera do trabalho, afetando os profissionais tanto em sua vida profissional quanto em sua subjetividade. Trata-se de autoritarismo covarde, motivo de silenciamento e de pedidos de demissão, e que coloca em risco a saúde mental de trabalhadores; ● Desconfiguração dos serviços tipificados e práticas assistencialistas, opondo-se ao trabalho técnico e qualificado, e não raro, confrontando a ética profissional dos trabalhadores, não 17 de julho de 2021 sendo incomum, também, as orientações de caráter conservador e fundamentalistas impostas por gestores; ● Falta de disponibilização de EPI adequados e em quantidade suficiente durante a pandemia de COVID-19 pela qual passamos, colocando-se em risco a vida de trabalhadores e trabalhadoras, seus familiares e os usuários, marca extremamente atual da desvalorização da vida desses profissionais. Sustenta-se um discurso de que são trabalhadores essenciais neste grave momento histórico, mas o tratamento recebido é totalmente contraditório com esse posicionamento. Se estar em seus postos de trabalho vale muito para os gestores, a vida e a saúde desses trabalhadores pouco lhes interessa; ● Interferência direta de política partidária no exercício profissional e nos equipamentos do SUAS, causando deturpações na política de Assistência Social, assédio moral, e trazendo práticas clientelistas às quais se contrapõem tanto o SUAS quanto os princípio éticos dos profissionais que atuam nessa política pública; ● Interferência religiosa no exercício profissional, confrontando o Estado Laico, os princípios da ética profissional das categorias e a profissionalização do SUAS, trazendo para o mesmo perspectivas moralistas e conservadoras, além do evidente uso de poder, caminhando para a instrumentalização dos usuários, em contradição com os princípios emancipatórios do SUAS. Tudo isso, sustentado por falta de transparência nas ações realizadas e diálogo com toda dimensão social dos envolvidos nos serviços, programas e projetos realizados por esta política pública. Cabe ressaltar que essas são questões existentes tanto no setor público como no privado. Através da escuta dos trabalhadores e trabalhadoras nos é permitido aferir que as instituições públicas e privadas têm utilizado diferentes instrumentos e estratégias para obter maior resultado na desqualificação e descaracterização da política de assistência social, desprezando as deliberações legais das Conferências nacional, estadual e municipais realizadas nos últimos tempos, a base de muita resistência. Nesse quadro, o lugar das políticas sociais está em um “não lugar”. 17 de julho de 2021 nesse sentido, clamamos a todos e todas que lutem para a efetivação das políticas públicas nesse país, para juntos, resistirmos frente às ações nocivas ao estado de direito, fundamentados nas leis que regem tanto as nossas políticas, quanto as que regem nosso Estado. Busquemos a resistência tênue, árida, camuflada, sofrida e árdua, para assim transformarmos nosso presente. Rio de Janeiro, 17 de julho de 2021